

AS DEGOLAS JUSTAS: ESCRITOS JORNALÍSTICOS E LEMBRANÇAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA¹

Marcio FERNANDES²

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná

Resumo

No Sul do mundo, um conflito em zona de fronteira registra presenças marcantes narradores-testemunhas, proporcionando a construção de discursos que buscavam legitimar tais disputas perante a opinião pública de cada parte beligerante. A presente investigação foca a Revolução Federalista (1893-1985), também conhecida como a Revolução da Degola, uma disputa entre brasileiros mas nascida no Uruguai. Para além das coberturas da Imprensa, há conjecturas sobre o papel desempenhado por profissionais como médicos e advogados, que divulgavam com detalhes as atrocidades entre os exércitos. Menciona-se o caso de Angelo Dourado, um baiano que, em terras sulistas, legou para a História um olhar privilegiado, enquanto testemunha de tristes acontecimentos, olhar esse que intentava, sobretudo, legitimar a visão de que a Revolução Federalista era uma guerra justa – não importando os métodos de dominação.

Palavras-chave: Escritos de Guerra; Revolução Federalista; Discursos legitimados; Relatos jornalísticos

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Departamento de Comunicação Social (Decs) e do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária (Paraná) e doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com doutoramento-sanduíche pela Universidade de Lisboa (UL), Portugal. E-mail: marciofernandes@unicentro.br.

AS DEGOLAS JUSTAS: ESCRITOS JORNALÍSTICOS E LEMBRANÇAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Deixando aos que disponham de maiores elementos o trabalho de maior folego, limito-me aqui ao papel de que me tracei dando a conhecer o que vi, o que sei, os documentos e os factos de que tenho conhecimento e sciencia certa.

Pedro Carvalho, em Campanha do Coronel Santos Filho (1897)

No Sul da América, ao longo do século 19, três grandes conflitos em zonas de fronteiras registram notáveis presenças de correspondentes de Guerra, ajudando na construção de discursos que buscavam legitimar as visões de quem defendia, de um lado ou outro, o conflito bélico. Estamos falando da Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra do Paraguai (1864-1870) e Revolução Federalista (1893-1895), envolvendo países e sociedades do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai em diferentes tempos cronológicos e sociais. Em um destes conflitos, por exemplo, editores de jornais acompanhavam as tropas, imprimindo em pleno campo de batalha dezenas de páginas completamente ideologizadas, buscando elevar a moral dos combatentes, na medida em que consideravam os inimigos como representantes do Inferno. Era a Guerra do Paraguai em curso, assim chamada pelos brasileiros, a Grande Guerra (como a denominam os paraguaios) ou a Guerra da Tríplice Aliança (como ponderam argentinos e uruguaiois).

Em outra disputa, os relatos jornalísticos eram feitos por profissionais de diversos campos, como médicos, os quais descreviam detalhadamente as atrocidades entre os exércitos. Trata-se da sangrenta Revolução Federalista, como se verá mais adiante no presente texto. E há ainda uma terceira disputa, sobre registros que podem ser considerados como sendo dos primeiros correspondentes de guerra na América do Sul, a partir de 1835. Esta investigação centra suas forças na menos conhecida (no âmbito brasileiro) destas disputas – a Revolução Federalista, onde a degola do inimigo, mais do que um ato representativo da vitória e da dominação final sobre o corpo do outro, constituía-se em um acontecimento que ajudava enormemente o conceito de guerra justa que ali se travava.

Fronteiras agitadas

No final do ano de 1892, quatrocentos homens espreitavam a divisa do Uruguai com o Rio Grande do Sul, martelando o aço e separando as lâminas das tesouras usadas naquela zona para tosquiar ovelhas, adaptando-as nas pontas de varas que, uma vez finalizadas, transformavam-se em lanças perigosíssimas. Era mais uma revolução fronteiriça a caminho, neste caso em direção ao Norte, ao Rio de Janeiro, ao coração da recém-proclamada República Federativa do Brasil. Cerca de 1,1 mil quilômetros separavam este exército não oficial do Poder Executivo. Mas no imaginário dessa tropa liderada por alguém que logo se tornaria uma lenda, Gummercindo Saraiva (1852-1894), a distância não era um problema. Era uma oportunidade para conquistar territórios pelo caminho. E assim o fizeram.

Menos de 30 anos antes, outra fronteira havia sido palco de agitação. Em julho de 1865, o tenente-coronel Antônio de la Cruz Estigarribia comandou a invasão a Uruguiana, um lugarejo no Rio Grande do Sul que fazia (e faz) vizinhança com Paso de los Libres, na Província de Corrientes (Argentina). Era o Paraguai chegando ao Brasil sem ser convidado, em mais um capítulo da disputa que vinha ocorrendo desde 1864. A rendição de Uruguiana não duraria muito mas seria tempo suficiente para provocar a agora histórica visita do imperador dom Pedro II ao lugar, em uma passagem amplamente documentada.

O Sul brasileiro já havia experimentado outra escaramuça: entre 1835 e 1845, a chamada Revolução Farroupilha movimentou os campos e as cidades do Rio Grande do Sul. Chegou a Santa Catarina. Convulsionou o Centro do País. Repercutiu na Bahia, especialmente quando Bento Gonçalves, um líder farroupilha, escapou da prisão, em uma fuga cinematográfica.

Estas três disputas são mencionadas na presente investigação, que discorre como os discursos dos lados opostos eram reverberados e registrados por meio do que podemos considerar enquanto relatos jornalísticos, ainda que não tenham sido produzidos por profissionais reconhecidos como tais, caso de Angelo Cardoso Dourado, um médico baiano cujos escritos configuram um material precioso para entender a Revolução da Degola, alcunha que ainda acompanha os fatos havidos entre 1893 e 1895. Tais relatos, tanto nos momentos em que foram inscritos quanto no tempo presente, podem ser interpretados como objetos que simbolizam caminhos para a vitória – não a bélica, a midiática.

Havia outro tipo de relato, o imagético. Cândido Lopez (1840-1902), pintor e soldado argentino, perdeu um braço durante uma batalha na guerra, atingido por estilhaços de granada. Entre 1865 e 1870, produziu diversos esboços sobre o belicismo que vira, depois de aprender a desenhar com o outro braço. Nos anos 1880, transformaria tais

anotações pictóricas em quadros que servem de base ainda hoje para a construção de discursos sobre o conflito.

É sobre personagens e acontecimentos desta natureza que versaremos a seguir, apresentando a dimensão capital que têm na história das narrativas jornalísticas do século 19 sul-americano. O foco deste paper, que integra um estudo maior sobre as tensas fronteiras da América do Sul no século 19, está de fato no acontecido entre 1893 e 1895, envolvendo uma faixa de terra que vai do Uruguai (de onde os revoltosos partiram) até o Rio de Janeiro (sede da República) e que teve no Paraná o seu ponto de virada, com o episódio do hoje famoso Cerco da Lapa, quando a então incipiente República brasileira começou a recuperar terreno, forçando os revolucionários a retornarem ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai. Os papers seguintes, com disseminação prevista para 2017, versarão basicamente acerca da Guerra do Paraguai e da Revolução Farroupilha e seus personagens midiáticos.

A Revolução da Degola

John Chasteen (2003, p. 80) conta que, uma vez iniciada a Revolução Federalista, uma eficiente estrutura comunicacional para a época ajudava a forças legalistas no monitoramento daqueles considerados rebeldes. Era um dos indícios de que havia uma disputa em andamento que seria bastante midiaticizada, uma das novidades do século 19, já que, para além de servir como ferramenta para definição de estratégias de combate, transportava informação até as redações de jornais:

Uma rede telegráfica, que se estendia por todo o Estado (do Rio Grande do Sul) nos idos de 1870 e 1880, permitia que Júlio de Castilhos (governador do Estado) monitorasse as movimentações dos insurretos e coordenasse os esforços de suas próprias forças recentemente reaparelhadas.

A midiaticização em questão pode ser auferida também pela lista de jornais que, regularmente, cobriram o conflito. No Uruguai, continua Chasteen, *La Alborada* (Montevideu), *O Canabarro*, *El Ciudadano*, *El Deber Cívico*, *El Eco Nacionalista*, *El*

Estanciero, El Nacional e La Prensa (todos da cidade de Melo). Las Noticias e La Voz de Rivera estavam instalados no município de Rivera, margeando a brasileira Santana do Livramento, o que configurava a principal porta de entrada para o Brasil. Já do lado verde-amarelo, O Cruzeiro do Sul (Bagé) e O Jornal do Comércio (Porto Alegre) eram duas das publicações de destaque naqueles instantes.

É neste cenário que aparece uma figura ímpar – o médico Angelo Cardoso Dourado, baiano que havia se mudado para o Rio Grande do Sul no começo da década de 1890. Dourado esteve no front, do Uruguai até o Paraná, e seu relato pormenorizado (na forma de diário, tornado público pela primeira vez já em 1896) é um dos documentos mais consistentes sobre o acontecido nas frentes de batalha. Enquanto as lutas aconteciam em campo aberto, Dourado mandava publicar sua coluna com certa regularidade em diversas publicações. A morte de Gummercindo Saraiva foi assim narrada por ele (1896, p. 271):

10 de agosto de 1894, (Carovy), orgulho humano, sonhos de gloria, nome immortal, liberdade da patria, punição dos criminosos, glorificação das victimas, familia, amigos, companheiros de luta de sofrimentos e de glorias, parai na vossa marcha! arrefecei vossos ardores! cobri-vos de luto! A carreira do heroi chegou a seu fim.

A escrita de Dourado ultrapassava as fronteiras. Chasteen (idem, p. 140) conta que:

Os jornais federalistas (que apoiavam Saraiva) do Rio Grande do Sul foram fechados durante a guerra, mas o editor de El Deber Cívico de Melo era simpatizante da revolução e publicou muitas matérias relacionadas à guerra, inclusive a coluna de Angelo Dourado em português. (...) Muito mais do que veículos de informação sobre o desenrolar da luta, os próprios jornais se transformaram em combatentes na guerra da propaganda.

Terminado o conflito, Dourado publicaria novamente parte de seu material mas, desta vez, em um único volume – o livro *Os voluntários do martyrio: factos e epizodios da guerra civil* aparece sim em 1896, acrescido de comentários do autor pós-guerra. Discorrendo sobre os textos e as visões de Dourado, Francisco das Neves (2010, p. 130-131) sustenta que

O escritor (Dourado) demarca ainda que aquele não era portanto um livro meditado, e sim um jornal de impressões, de modo que aquilo que apresentava seria compreendido pelos que lutaram com e contra ele nos campos de batalha. Nesse quadro, Dourado justifica sua obra a partir de uma narração dos fatos “realmente” como aconteceram, o que seria “reconhecido” por aliados e adversários.

E esse reconhecimento era o adjetivo derradeiro para que os revoltosos tivessem a certeza de que sua causa era justa, legítima portanto em sua origem e que abalar a nova República não era o pior dos mundos. Mas esse é um ponto para mais adiante no presente texto. Antes, havia algo *sui generis* em se tratando de belicismo sul-americano – as degolas em massa.

Discorrendo sobre escritos de Carlos Reverbel, Juremir Machado da Silva (2013), em texto eletrônico, aponta ser a degola um “método limpo, ecológico e econômico”. Das 10 mil vítimas fatais estimadas no conflito, pelo menos 1,0 mil teriam sido pelo corte das gargantas – 700 das quais em dois únicos momentos, Rio Negro e Boi Preto (ambas no Rio Grande do Sul), onde teriam perecido 300 cabeças no primeiro e 400 no segundo. É por conta do primeiro episódio, ocorrido no interior atual da cidade de Hulha Negra (fronteira com o Uruguai), que um combatente em especial teria entrado para a História – Adão Latorre seria o degolador oficial dos revoltosos que, ademais da República, intentavam ainda tirar do poder o governador (chamado presidente à época) do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, aliado do presidente nacional, Floriano Peixoto. Em um livro de 1897, Epaminondas Villalba relata (p. 54 com grafia original):

Em plena expansão a seu 5 ferozes instinctos, ai do misero que tentasse resistir-lhes ou do descauteloso adversario que chegasse a cahir prisioneiro! Summariamente era-lhe imposto o castigo que, começando ordinariamente com a tortura (*castração*), terminava com morte atroz (*degolla*).

César Guazzelli (2003, p. 02), de seu turno, avalia sobre esta prática de dominação do inimigo:

Mas se era "natural" ou até preferível a morte violenta, numa sociedade também violenta, não se pode dizer o mesmo da degola dos prisioneiros inermes, sem possibilidades de reação. Diferentemente da guerra ou do duelo, dos combates individuais ou coletivos, onde há homens de parte a parte, a degola é o ato de execução que faz do adversário um animal de pouco valor, a ovelha, que é o único abatido pela degola, e que sequer bale ao ser esgorjada.

Atuando como espécie de editor jornalístico, Villalba continua sua narrativa, a partir de relatos colhidos junto a testemunhas hoje quase anônimas daquele conflito, indicando que a degola era uma prática comum aos dois lados, isto é, se um podia nada havia de errado nesta prática por parte de quem estava na outra trincheira. Conta-nos o autor (idem, p. 56):

Conduzidas para um sitio pouco retirado do acampamento a que denominavam *sanga*, era ordinariamente a vitima amarrada com as mãos para. traz e recebia a morte de joelhos, com a cabeça presa entre as pernas do algoz. Si nos arraiaes federalistas o famigerado *preto Adão* mereceu uma promoção pela pericia com que desempenhan. esse officio, tambem entre os legalistas o terrivel *Cherengue* se constituiu o seu rival e a conquistou sympatia de alguns chefes pelo sem numero de infelizes que victimou.

Eis que outra vez surge a ideia de que, se a guerra era justa, as táticas também, táticas essas cujas reverberações seriam sentidas até o final da batalha e por quase 30 anos depois – Gummercindo Saraiva, o Napoleão dos Pampas (segundo Villalba), uma vez derrotado, também teve a cabeça decepada e enterrada, em 1894. Adão, em 1923, já beirando os 80 anos, encontraria o mesmo destino, na Revolução de 1923. A cabeça de Gummercindo até hoje não foi encontrada.

Os escritos da Guerra

Por volta de 1914, Ambrose Bierce desapareceria em solo mexicano, em plena

revolução que sacudia o país latino-americano, tendo na figura de Pancho Villa, agora mítica, um de seus principais estandartes. Bierce tinha por volta de 70 anos e, na história sul-americana, ele também desempenhou papel de relevância do Jornalismo do final do século 19: estivera no Rio Grande do Sul na década de 1890 para realizar entrevistas dois personagens proeminentes da Revolução Federalista: Gaspar da Silveira Martins (1834-1901) e seu oponente político Júlio de Castilhos (1860-1934), a quem muitos consideram como *o homem que inventou a ditadura no Brasil*. Tais conversas foram publicadas no jornal Tribuna de Nova York, na condição de correspondente do jornal americano em Buenos Aires – e de onde partiu até chegar ao conflito platino.

Bierce, já uma lenda no Jornalismo estadunidense de então, vinha observando o desenrolar da Política no Sul brasileiro desde 1892, como atestam diversos autores. Dizia ele, conforme Rodrigo Oliveira (2013, p.137), que uma escaramuça estava em curso no RS, na fronteira com o Uruguai, e que os gaúchos estavam se preparando para voltar a “se dedicar ao seu esporte favorito – o de guerrear”. Não deu outra, prossegue o autor, reproduzindo Bierce:

Desde que no Brasil se instaurou a República, em 1889, mediante um pronunciamento militar na melhor tradição latino-americana, o Rio Grande do Sul vive num estado de instabilidade e desordem governamentais virtualmente anárquicas, com todos os fermentos de uma guerra civil.

Beirce foi um dos muitos profissionais de Imprensa que cruzaram os caminhos da Revolução Federalista, algo em grande medida considerado normal em um tempo que vivia o alvorecer da vida moderna. O que também chama atenção na Revolução Federalista é o volume, elevado para a época, de textos e publicações que intentam, ainda durante o conflito ou logo após, fazer prevalecer a verdade do lado que o autor aborda. Para adiante das crônicas jornalísticas de Angelo Dourado, cabe destacar escritos como os de Hélio Moro Mariante (s/d), que publicizou *Memórias da Revolução de 1893*, a partir dos diários do tenente-coronel Fabrício Pilar, reproduzidos literalmente, conforme Oliveira (idem, p. 138). Para além dos relatos de Imprensa, é possível verificar as impressões de veteranos de Guerra: Wenceslau Escobar tornou público em 1920 seu polêmico *Apontamentos para a*

História da Revolução Rio-Grandense de 1893 para, logo no ano seguinte (1921), entregar à opinião geral uma espécie de volume 2 – Réplica a todos os contradictores de meus Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893. Rafael Cabeda publicou *Os crimes da ditadura* logo após o término do conflito, englobando depoimentos de companheiros que teriam sofrido nas mãos do grupo de Júlio de Castilhos (sempre ele) – mais tarde Cabeda seria redator de *O Maragato*, entre 1901 e 1918, na cidade uruguaia de Rivera, na divisa com a cidade gaúcha de Santana do Livramento.

Castilhos era mesmo um personagem singular: aos 24 anos, integrava a equipe que havia criado aquele que se tornaria o principal porta-voz dos novos republicanos, o jornal *A Federação* (1884-1937). Nada era veiculado no jornal sem seu crivo. Já tinha experiência com a Imprensa quando ainda estudante de Direito em São Paulo e, dizem seus biógrafos, não era excelente orador mas um escritor sem igual na defesa de seus ideais e um político de rara habilidade, cuja trajetória foi abreviada pela morte em 1903, depois de sérias complicações de saúde nos anos imediatamente anteriores. Em fevereiro de 1884, Castilhos escreveu em *A Federação* sobre sua visão acerca do regime que devia ser instaurado para governar o Brasil dali em diante (grafia original):

Sob a pena de atribuir-se a falta de homens no paiz à inferioridade da índole, de aptidões e das demais condições naturaes – o que fora um ridículo absurdo – é impossível deixar de filial-a directamente ao nosso regimen político. A monarchia é, pois, a causa que impede o apparecimento de homens capazes e enérgicos.

A Federação, claro, não estava sozinha no mercado. Do outro lado do balcão, monarquista, circulavam títulos como *O Mercantil* (1874-1897), fundado por João Câncio Gomes, e *A Reforma* (1869-1912), do influente líder imperial (e liberal) Gaspar Silveira Martins. Cada veículo, claro, defendia arduamente o ponto de vista político que era mais familiar a seus dirigentes, ainda que o recurso às armas fosse necessário e, portanto, legítimo – novamente a ideia de uma guerra justa. Com propriedade, Oliveira (2013, p. 137) argumenta que, na Guerra Civil de 1893, não foi possível diferenciar o bem do mal. Na visão dos combatentes, cada lado estava com a razão, o que legitimaria até mesmo as degolas em massa antes mencionadas. Segue o autor:

Devido às suas peculiaridades, (a Revolução Federalista) não nos permite encontrar obras que a referenciem como uma luta do “bem contra o mal” (como no caso da Revolução Farroupilha) ou a superação e o triunfo (como é o caso da Imigração). Esse conflito ainda é tema de muitos debates, cujos autores, que muitas vezes não conseguem esconder sua própria subjetividade, colocam-se e, em alguns casos, defendem o ponto de vista de um dos grupos que disputavam o poder. É como se, depois do final da guerra, viessem outras, travadas não em campos de batalhas, mas em páginas impressas...

É a partir de escritos como estes que, percebe-se, torna-se mister revisitar as páginas impressas de jornais e de livros de época, buscando mais (e/ou novos) elementos para se compreender as motivações, acontecimentos e práticas daquela que pode, sim, ser considerada uma das mais bárbaras crises da sociedade brasileira no período republicano. Até mesmo pelo fato de que a revolta de 1893 terminou oficialmente em 1895, embora não tenha de fato se encerrado, reverberando pelos 30 anos seguintes até servir de inspiração para o movimento de 1923 (Oliveira, *idem*, p. 145):

Apesar da promessa de paz, o ódio abriu chagas que ficaram latentes na sociedade rio-grandense da época e que dividiria republicanos e federalistas em facções inconciliáveis. Trinta anos depois, essas chagas levariam a um novo conflito, na chamada Revolução de 1923.

Adão Latorre, lembremos, seria uma das vítimas de 1923. Degolado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. **Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul**. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: Porto Alegre, 1986.

CHASTEEN, J. **Fronteira rebelde**. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CUNHA, C. F. **Entrevista com o caudilho**: um cowboy no Pampa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2015.

DOURADO, A. **Os voluntários do martyrio**: factos e epizodios da guerra civil. Pelotas: Livraria Americana, 1896.

GUAZELLI, C.A.B. Civilização e barbárie: a degola nos conflitos platinos (uma aproximação histórico-literária). In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

LEITE, C. R.S. **A Federação (1884-1937)**: da Abolição à República. Disponível em <http://coletiva.net/artigos/2016/07/a-federacao-1884-1937-da-abolicao-a-republica/>. <Acesso em 08 jul 2016>

OLIVEIRA, M. F. **Quando a memória vira História**: Angelo Dourado e a historiografia sul-riograndense. Rio de Janeiro: Pluscom, 2009.

OLIVEIRA, R. S. **Os 120 anos da Guerra Civil de 1893**. In: *Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 137-147, 2013

SILVA, J. M. A os nossos degoladores, com afeto. Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=5212>. <Acesso em 30 jun 2016>

VILLALBA, E. **A revolução federalista no Rio Grande do Sul**: documentos e commentaries. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.